

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-RN – 26/04/2023 - 9h
Reunião por Videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski (T)
AEAAV	Renato Cesar Lopes Gomes (T)
APTA Polo Sul	Vera Lúcia Pimentel Salazar (S)
Associação Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE - Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Mônica Tortelli (T) Felipe Augusto Gasparotto (S)
Diretoria de Ensino de Bragança	Vanessa Toledo Sette (T)
Elo Ambiental	Rosângela Aparecida Martins Nogueira Grigolletto (T)
EMBRAPA	Sandra Furlan Nogueira (S)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	Cleide de Oliveira (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
P.M. de Campinas	Juliano Braga (T)
P.M. de Charqueada	Paola Mandetta Tokumoto (T)
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Itupeva	João Paulo Vieira (T) Bruno Luiz Gambarotto (S)
P.M. de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão (T)
P.M. de Jundiaí	Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires (T)
P.M. de Limeira	Raquel Schmidt (T)
P.M. de Louveira	Vinícius Gottschall Criscuolo (T)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
P.M. de São Pedro	Paula Gonçalves da Fonseca e Souza (S)
P.M. de Torrinha	Tathiana Betiza Mangili Sarti Massini (T)
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima (T)
SANASA	Renato Garofalo (T) Bruno Caravita (T)
SANEBAVI	Mara Letelien Leite Reis (S) Mateus Lucas (S)
SEMIL/CFB	Júlia Carolina Fatuch (S)

Membros ausentes com justificativa	
Entidades	
Jagatibaia	
TNC	

Membros ausentes	
Entidades	
AJUDE	
ASSEMAE	
Associação Renovar	
CATI	
CISBRA	
Consórcio Piraí	
DAE Jundiaí	
DAEE	
INEVAT	
Instituto Agir Ambiental	
IP/APTA	
IPÊ	
IPT	
Mackenzie - Campinas	
P.M. de Analândia	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M. de Cordeirópolis	
P.M. de Hortolândia	
P.M. de Jarinu	
P.M. de Piracaiá	
P.M. de Rio Claro	
P.M. de Salinho	
P.M. de Salto	
P.M. de Santa Maria da Serra	
P.M. de Vinhedo	
PUC Campinas	
Renove	
SAA	
SAAE Indaiatuba	
SABESP	
SEMAE	
UNICAMP	
UNICAMP/IB	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Allan Campos do Carmo
	Felipe Ferreira
	Tiago Georgette
P.M. de Jaguariúna	Tiago Henrique
Ministério Público do Estado de São Paulo	Flaviana Maluf

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-RN – 26/04/2023 - 9h

Reunião por Videoconferência – Google Meet

Aos vinte e seis dias de abril de 2023, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 112ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Proteção e Conservação de Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 19 de abril de 2023. **2. Abertura da 112ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Proteção e Conservação de Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ.** A abertura da reunião foi realizada pelo Srs. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA) e coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), e Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR) e coordenador-adjunto da CT-RN, que agradeceram a presença de todos e informaram da existência de quórum em segunda chamada (um terço dos membros) para o início da reunião. **3. Informes:** **3.1. Informes da coordenação da CT-RN.** O Sr. Demarchi informou que não havia informes por parte da coordenação. **3.2. Informes dos membros presente.** O Sr. Demarchi questionou os membros sobre os informes e não houve solicitação. **3.3. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.** O Sr. Demarchi passou a palavra ao Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) para os informes: **a)** Alteração de representantes na CT-RN: informou que entre a penúltima reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes de cinco membros: **i. Consórcio Pirai,** solicitando o desligamento do Sr. Roberto Mario Polga como representante titular; **ii. PM de Louveira/SP,** solicitando o desligamento e substituição da Sra. Marília Martins Rodrigues, pelo Sr. Vinícius Gottschall Criscuolo como representante titular, e o desligamento dos Srs. Felipe Campos Vergueiro e Victor Marinheiro, como representantes suplentes e indicação dos Srs. José Ricardo Verardo, Lucas Strabello, Mateus Bento Batista, Rodolfo Duarte de Melo, Bruno Muller Bigueto, Daniel Fernando Miqueletto, Gustavo Henrique Bossi, Luiz Henrique Dutra, Israel Silva de Oliveira e as Sras. Carolina Mazine Alves, Tatiana Fidelis Correia, Patrícia Regina Siqueira, Rose Mary G. Skelton e Vanessa

Fernanda como representantes suplentes; **iii. PM de Salto/SP,** solicitando a indicação da Sra. Angélica Semiguen como representante suplente; **iv. PM de Torrinha/SP,** solicitando o desligamento e substituição da Sra. Carolina Floret da Costa pela Sra. Tathiana Betiza Mangili Sarti Massini como representante titular, e a substituição da Sra. Taís Temporim de Almeida e da Sra. Beatriz Sousa Savio pelo Sr. Luiz Carlos Gabini Junior como representante suplente; **v. SANEB/AVI,** solicitando a indicação do Sr. Bruno Caravita como representante titular em substituição da Sra. Núbia Feliciano Pereira que passa a ser representante suplente, e o desligamento do Sr. Foster Pereira Gomes como representante suplente e indicação da Sra. Ana Carolina Santanna como representante suplente. Como essas alterações são de entidades já participantes, o Sr. Tiago destacou que não cabe aprovação havendo apenas a ciência aos demais membros da CT; **b)** Plano de Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: o Sr. Tiago salientou a importância dos representantes realizarem cursos de capacitação em plataformas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo link <<https://capacitacao.ana.gov.br>> e do Capacita-SIGRH pelo link <<https://sigrh.sp.gov.br/capacita>>. Reforçou que os cursos disponibilizados na Escola Virtual de Governo (EV.G) estão integradas no sistema da ANA com todos os cursos disponibilizados naquela plataforma. Solicitou que os representantes que concluírem cursos encaminhem os certificados de cursos com os temas de meio ambiente e recursos hídricos, realizados em 2023, para o e-mail da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam atender as metas do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ; **c)** Custeio das diárias dos representantes da sociedade civil em reuniões dos Comitês PCJ: o Sr. Tiago reforçou que um representante de cada membro da sociedade civil pode solicitar diária de custeio para participação de reuniões que não aconteçam no mesmo município de residência dele. As solicitações devem ser realizadas com cinco dias de antecedência e um relatório de participação deve ser preenchido até dez dias após a realização da reunião. Reforçou que no relatório deve conter imagem da lista de presença e o representante deve lembrar de registrar uma foto da lista com sua assinatura para comprovação. Os documentos de solicitação e comprovação e as deliberações que regulamentam esse processo são

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-RN – 26/04/2023 - 9h

Reunião por Videoconferência – Google Meet

acessados por meio deste [link](#) e maiores informações, podem ser buscadas junto à Agência PCJ; **d)** Renovação da Diretoria dos Comitês PCJ para o biênio 2023-2025: o Sr. Tiago informou que durante a 29ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ, realizada no dia 30/03/2023 em Piracicaba/SP, foi reeleita e empossada a nova Diretoria dos Comitês PCJ para o biênio 2023-2025, sendo composta por: **i.** como Presidente do CBH-PCJ e Presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, prefeito de Piracicaba/SP; **ii.** como Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da ASSEMAE; **iii.** como Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da SEMIL; **iv.** como Secretária-executiva adjunta do CBH-PCJ: Caroline Túbero Bacchin, representante da SEMIL; **v.** como 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, o Sr. Sidney José da Rosa, representante da BIODS; **vi.** como 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, a Sra. Roseli dos Santos Souza, representante do Ministério de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. Mais informações podem ser acessadas neste [link](#); **e)** Renovação das Câmaras Técnicas para o mandato 2023-2025: o Sr. Tiago informou que com a renovação da Diretoria, o próximo passo é a renovação das CTs que acontecem sempre no mês de julho dos anos ímpares. Informou que a programação para esse processo consiste nos seguintes passos: **i.** abertura do processo no mês de maio/23 com publicação do ofício circular dos Comitês PCJ; **ii.** indicação das entidades para ingresso e indicação dos representantes até o mês de julho/23; **iii.** reunião on-line com todas as CTs prevista para o dia 19/07/2023 onde ocorrerão a posse dos representantes indicados, eleição/recondução da coordenação, recomposição dos Grupos de Trabalho (GT) e atualização do calendário de reuniões para o próximo mandato. O Sr. Tiago informou que todas as informações serão disponibilizadas no [site dos Comitês PCJ](#) <<http://comitespcj.org.br/>>; **f)** Próxima reunião agendada dos Comitês PCJ: convidou a todos para participarem da 57ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, destacando que a participação não é obrigatória para não membros, a ser realizada no dia 28/04/2023, às 9h30 na PUC Campinas no município de

Campinas/SP. **3.4. Informes dos Grupos de Trabalho (coordenadores) (GT-Mananciais, GT-Áreas Protegidas e GT-Indicadores e Monitoramento).** O

Sr. Demarchi questionou os coordenadores dos GTs sobre Informes, mas não houve solicitação. **4. Aprovação da minuta da Ata da 111ª Reunião Ordinária:** Quanto à aprovação da ata, o Sr. Demarchi informou que a minuta da ata da 111ª Reunião Ordinária, realizada em 01/03/23, foi enviada aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental e questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Na sequência, colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade. O Sr. Demarchi ressaltou a importância de todos conhecerem as atas que podem ser acessadas na página da CT-RN no [site dos Comitês PCJ](#) ([link](#)). **5. Apresentação do resultado do Workshop: “O papel dos Comitês de Bacias no enfrentamento das Mudanças Climáticas e no aumento da resiliência a estas mudanças? O que fazer?” - Comentários e Discussão sobre aplicações para a UGP Regional Cantareira - Plano de Trabalho:** O Sr. Demarchi justificou a ausência da Sra. Simone Fraga Tenório P. Linares, representante do IPÊ, e que conduziu o workshop na última reunião. O Sr. Demarchi apresentou um resumo das manifestações dos membros da CT-RN quanto ao questionamento: “Qual o papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas no enfrentamento das mudanças climáticas e no aumento da resiliência a essas mudanças”. Destacou a importância da participação dos representantes de municípios menores nos espaços dos Comitês PCJ, realidade da maioria dos municípios do entorno do Sistema Cantareira. Na sequência, reapresentou aos membros os desafios e propostas elencadas pelos participantes do Workshop e que foram divididos nos seguintes temas: **i.** Integração de projetos, órgãos e instituições: compatibilizar as ações realizadas no território, integrar projetos; sistema de comunicação que integre as ações que ocorrem no território abarcando municípios, órgãos estaduais, sociedade civil e universidades; trabalho conjunto com órgãos que já tenham atuação junto aos produtores rurais (CATI, Associação de produtores e Conselho Rural); ações cada vez mais conjuntas; treinamento de município por outros municípios/institutos, articular ações para melhorar os resultados; aproveitar o nome dos comitês para dialogar com a sociedade e acionar os órgãos públicos, sociedade

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-RN – 26/04/2023 - 9h

Reunião por Videoconferência – Google Meet

civil, setor produtivo, etc.; integração entre planos e programas do CBH-PCJ com planos e programas municipais e estaduais como: a) Plano de manejo de unidade de conservação; b) planos diretores e de uso e ocupação do solo em municípios; Papel do CBH: mobilização de atores públicos e privados; articular com os diversos atores as questões interdisciplinares para mitigar questões das mudanças climáticas; **ii.** Ocupação desordenada / Especulação imobiliária: alternativas para prefeituras: planejamento território, evitar conversão de áreas rurais em urbanas (ITR x IPTU); alternativas à especulação imobiliária com a "arrecadação" do município; como a fiscalização pode atuar; realizar ações mais macro, planejamento (GFI) e inteligência: fiscalização de grandes áreas; áreas pequenas e não "relevantes" sendo autuadas; atuação mais próxima ao Ministério Público - MP; alteração nos procedimentos de reparação ao dano como Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA; recursos de multas em Unidades de Conservação - UCs: fundo para AFF; especulação imobiliária: uso de aplicativos como área de infraestrutura verde nos novos loteamentos; fiscalização a ações conjuntas dos órgãos responsáveis (Ministério Público, Cetesb, Poder Público Municipal); restabelecer a competência da União sobre a terra; trabalho conjunto com órgãos que já tenham atuação junto aos produtores rurais (CATI, Associação de produtores, Conselho Rural); Plano diretor dos municípios; Comitês de bacias: atuar na capacitação dos municípios - Lei de Uso e Ocupação e Plano diretor; **iii.** Restauração florestal, atividades sustentáveis e ações de conservação: fomento à atividades sustentáveis aliadas a ações de conservação florestal, de conservação de uso do solo e de transição de práticas agrícolas para agroflorestais; financiamento de projetos de valorização de mão de obra local, de capacitação e formação de mão de obra especializadas; apoiar a gestão das unidades de conservação no território, valorando e apoiando projetos de conservação ambiental; pontos importantes para sustentabilidade da propriedade além da questão econômica da produção: segurança no campo, mão de obra, necessidade de fortalecimento dos jovens rurais; parcerias com empresas para execução das restaurações, porém é essencial que estes sejam efetuados em conjunto com apoio dos produtores rurais, através de orientação técnica e extensão rural; dificuldade em efetuar os

cercamentos das áreas a serem restauradas, conservação do solo, adequação produtiva e implantação de estruturas de saneamento; falta de estrutura das prefeituras, sobretudo municípios pequenos; fortalecimento do rural: agregar valor de produção, pagamentos por serviços ambientais (PSA), assistência técnica para planejamento na propriedade, turismo rural; fomento a discussão do tema das mudanças climáticas nos Planos Diretores; sobre a necessidade de que as ações de restauração, saneamento e manejo e conservação do solo ocorram simultaneamente a condução e avaliação de PSA's; **iv.** Demais desafios e propostas: divulgação de resultados como em *workshop* dos diferentes projetos e ações realizados; *workshop* de casos de sucessos em locais ambientalmente frágeis; selecionar as prioridades a partir do Plano de Bacias e reunir massa crítica em torno do tema; sensibilizar a sociedade civil, indústria e governo da importância do seu papel no enfrentamento das mudanças climáticas; rever a matriz energética na busca de opções mais sustentáveis; fomento a discussão do tema das mudanças climáticas nos planos diretores; criar programas complementares; inclusão de um Plano Integrado de Manejo do Fogo no Âmbito dos Planos Integrados da Propriedade (PIP). O Sr. Demarchi abriu para esclarecimentos e complementos. A Sra. Cleide Oliveira, representante da Fundação Florestal, destacou o uso de novas tecnologias como o grupo "Alerta APA CCJ" no aplicativo *Whatsapp* que possibilitou a articulação de técnicos e voluntários comprometidos nos controles de incêndios e outros sinistros na APA Cabreúva, Cajamar e Jundiá. Informou que a proposta nasceu a partir de um curso de combate a incêndios florestais e envolve a participação de mais de 50 (cinquenta) pessoas e possibilita ações sinérgicas e cooperativas na proteção da APA. O Sr. Demarchi agradeceu e deu sequência à reunião. **6. Apresentação - Vídeo e comentários sobre Conservação de Solos e Regularização do Ciclo Hídrico - Caso de Holambra:** O Sr. Demarchi convidou o Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra/SP, que informou sobre as discussões sobre o tema água realizada na Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York (EUA) no mês de março/22. Apresentou o vídeo "How South America is reversing 500 years of deforestation" ([link](#)) do canal "UN Environment

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-RN – 26/04/2023 - 9h

Reunião por Videoconferência – Google Meet

Programme” na plataforma do Youtube e dois vídeos produzidos por ele e encaminhados para o evento realizado na ONU em março/22 onde defende a importância dos métodos de conservação de solos e da água com utilização de Soluções Baseadas na Natureza e a experiência implementada no município de Holambra/SP. Complementou informando que o vídeo da ONU apresenta uma iniciativa importante de restauração ambiental conhecido como “Pacto pela Restauração da Mata Atlântica” e que pode motivar as instituições das Bacias PCJ para ampliar as ações de restauração florestal, conservação de solos e benefícios gerados na preservação dos recursos hídricos. Após a apresentação, o Sr. Demarchi agradeceu e abriu para dúvidas e esclarecimentos. A Sra. Rosângela A. Martins Nogueira Grigolletto, representante da Elo Ambiental, questionou sobre posicionamento da Medida Provisória nº 1150/2022, que “altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, de forma a regulamentar prazos e condições para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), e a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006” ([link](#)) e que está em tramitação no Congresso Nacional. O Sr. Demarchi ressaltou que esse é um tema importante e que tem que ser acompanhado no âmbito da CT-RN e que qualquer manifestação deve ser formalizada e tramitada dentro dos Comitês PCJ, já que a CT é um espaço consultivo sendo que qualquer manifestação deva ser realizada pelos Comitês PCJ de modo integrado. A Sra. Raquel Schimidt, representante da PM de Limeira/SP, parabenizou e complementou informando que é interessante o ponto de vista apresentado e que a conservação do solo é um ponto importantíssimo a ser considerado e trabalhado junto aos produtores rurais. O Sr. Demarchi concordou com essa priorização e destacou o esforço para que a proteção dos mananciais e da conservação dos solos fossem contemplados no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 e que deu origem ao Caderno Temático de uso da água e do solo no meio rural e recomposição florestal ([link](#)). A Sra. Cleide Oliveira, representante da Fundação Florestal (FF), destacou a necessidade de se pensar a restauração além do momento dos plantios e a importância da ação de selecionar e tratar adequadamente as sementes para produção de mudas viáveis e que consigam se multiplicar e realizar seu papel ecológico no bioma. Sugeriu a todos estudos realizados por pesquisadores do

Projeto “Florestas” da USP de Ribeirão Preto/SP e do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP de Piracicaba/SP que identificaram problemas de dispersão de sementes geneticamente semelhantes por vários biomas em projetos de restauração e que depois não polinizam enfraquecendo a biodiversidade do processo. O Sr. Demarchi reforçou a importância de haver longa duração das Políticas Públicas de proteção ambiental usando como experiência a realidade do município de Extrema/MG que executa com as mesmas lideranças o Programa “Produtor de Água” há mais de vinte anos. O Sr. Vinícius Criscuolo, representante da PM de Louveira/SP, complementou informando o trabalho de conservação dos remanescentes florestais no município e o Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) como ferramenta para perpetuação das práticas e destacou a importância dessas políticas estarem aprovadas em lei para garantir sua permanência. O Sr. Demarchi agradeceu a colaboração de todos e deu sequência na reunião. **7. Termo de Referência dos Planos de Mata Atlântica e Cerrados - atualização do processo licitatório:** O Sr. Demarchi informou a justificativa de ausência da Sra. Marina Barbosa, assessora ambiental da Agência PCJ, nesta reunião e que encaminhou mensagem informando que sobre o Termo de Referência (TR) sobre Capacitação para elaboração do PMMA/Cerrado, a Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ promoveu a última revisão do TR, junto à sua Diretoria Técnica, no mês de abril/23 e a minuta de edital encontra-se em fase de finalização pela Coordenação Administrativa e Assessoria Jurídica da Agência PCJ. Complementou informando que a abertura do processo licitatório está prevista para o início do mês de maio/23, com prioridade. Assim que o edital for publicado, será encaminhado como informe à CT e ao GT-Áreas Protegidas. Em paralelo, a Agência das Bacias PCJ já havia feito levantamento e atualização do mesmo, quanto ao processo de elaboração dos PMMAs/Cerrado pelos municípios, levantamento de potenciais executores e, irá absorver a etapa de levantamento secundário de dados, previsto no TR, de forma a otimizar o processo pela empresa a ser contratada. **8. Palavra aberta:** o Sr. Demarchi abriu espaço para Palavra Aberta e não havendo solicitação, deu prosseguimento na pauta. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João José Assumpção de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-RN – 26/04/2023 - 9h

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

Abreu Demarchi, coordenador da CT-RN, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, destacando que a próxima reunião acontecerá por videoconferência.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-RN